



## Webinários regionais para compreender os mecanismos de financiamento e os procedimentos de candidatura da UE

### Relatório

#### Índice

Síntese.....	2
Panorâmica do financiamento das organizações da sociedade civil e das autoridades locais .....	3
Principais Pontos de Discussão (Global).....	4
Resumos regionais .....	5
Anexo: Perguntas e respostas.....	7

## Síntese

A Direção-Geral das Parcerias Internacionais da Comissão Europeia (DG INTPA), através do Fórum de Políticas para o Desenvolvimento (PFD), organizou uma série de sessões de informação regionais para fornecer uma panorâmica do quadro geral e dos instrumentos para o acesso das organizações da sociedade civil (OSC) e dos órgãos de poder local (AL) ao financiamento da UE ao abrigo do IVCDCI – Europa Global. As sessões, realizadas com a participação de representantes da DG INTPA, reuniram mais de 1600 participantes de África, da Ásia e do Pacífico, da América Latina e das Caraíbas, a fim de ficar a conhecer o programa temático «Organizações da Sociedade Civil» e os quadros disponíveis para as autoridades locais, bem como a forma de aceder ao financiamento, e colocar perguntas de esclarecimento. Realizaram-se três sessões nos dias 15 e 17 de abril com interpretação em inglês, francês, português e espanhol.

As apresentações forneceram uma panorâmica pormenorizada do apoio financeiro da DG INTPA à sociedade civil, incluindo uma dotação global de cerca de 1,2 mil milhões de EUR para as OSC para o período 2021-2027, com autorizações faseadas ao longo do período de programação, e um montante estimado em 500 milhões de EUR acessível aos órgãos de poder local através de programas geográficos. As apresentações explicaram os convites à apresentação de propostas geridos pelas delegações da UE, o processo de candidatura (nota de conceito e proposta completa) e a utilização de ferramentas digitais como o PADOR e o PROSPECT.

Os participantes levantaram uma vasta gama de questões relacionadas com o acesso, a elegibilidade, as parcerias e a complexidade processual. As principais questões incluíram os requisitos de cofinanciamento, a capacidade de acesso ao financiamento das organizações de menor dimensão e de base, o papel dos intermediários e o funcionamento prático de mecanismos como o apoio financeiro a terceiros (FSTP). Outras perguntas abordaram a participação dos órgãos de poder local, a ausência de uma linha de financiamento temática específica para as AL e as oportunidades associadas a iniciativas mais vastas da UE, como a Estratégia Global Gateway.

A Comissão Europeia respondeu clarificando o quadro regulamentar, os procedimentos de candidatura e os instrumentos de apoio disponíveis. Salientaram a importância de uma preparação precoce, do alinhamento com as prioridades dos convites à apresentação de propostas e da criação de capacidades e de parcerias sólidas e bem estruturadas. O papel das delegações da UE foi salientado como fundamental na definição das prioridades a nível nacional, na gestão dos convites à apresentação de propostas e na facilitação do diálogo com as partes interessadas.

## Panorâmica do financiamento das organizações da sociedade civil e das autoridades locais

A UE afetou cerca de 1,2 mil milhões de EUR à programação da sociedade civil durante o período 2021-2027 no âmbito do IVCDCl – Europa Global, com dotações faseadas de cerca de 717 milhões de EUR para 2021-2024 e 428 milhões de EUR para 2025-2027. A apresentação completa com as dotações regionais pode ser consultada [aqui](#).

Os órgãos de poder local (AL), embora não beneficiem de uma dotação temática específica, podem aceder a cerca de 500 milhões de EUR através de programas geográficos. Estes fundos são executados a nível nacional e exigem o alinhamento com as prioridades nacionais e regionais definidas pelas delegações da UE. Um resumo do conjunto de ferramentas para as AL pode ser consultado [aqui](#).

Paralelamente, a estratégia Global Gateway funciona como um quadro de investimento mais vasto, mobilizando mais de 306 mil milhões de EUR até à data, em especial em setores de infraestruturas como o digital, o clima e a energia, os transportes, a saúde, a educação e a investigação. Uma página pública sobre a [Estratégia Global Gateway](#) pode ser consultada no sítio Web capacity4dev [aqui](#).

O acesso ao financiamento da UE é estruturado através de um sistema de candidatura normalizado e de um conjunto de procedimentos obrigatórios. As candidaturas são apresentadas através de um processo em duas fases, começando por um documento de síntese e seguindo-se, após pré-seleção, uma proposta completa. Os requerentes devem utilizar ferramentas digitais específicas, incluindo a criação de uma conta EU Login, o registo no sistema PADOR (Potential Applicant Data Online Registration) e a apresentação de propostas através da plataforma PROSPECT. As subvenções da UE também exigem cofinanciamento, o que significa que os candidatos devem contribuir com uma parte do orçamento do projeto — um elemento que pode colocar desafios às organizações de menor dimensão com capacidade financeira limitada. Os convites à apresentação de propostas são geridos de forma descentralizada pelas delegações da UE, o que torna a participação proativa a nível nacional essencial para aceder a oportunidades de financiamento e compreender as prioridades locais.

Foram desenvolvidos vários instrumentos para facilitar o acesso ao financiamento da UE e apoiar os candidatos ao longo de todo o processo. Estas incluem a [Academia de Aprendizagem INTPA](#), uma plataforma de aprendizagem eletrónica concebida para orientar as organizações na elaboração de documentos de síntese e propostas completas; a plataforma [Capacity4Dev](#), que disponibiliza um repositório de materiais de orientação, recursos e conhecimentos partilhados; e o mecanismo de apoio financeiro a terceiros (FSTP), que permite a concessão de novas subvenções e permite que as organizações da sociedade

civil de menor dimensão ou de base tenham acesso indireto a financiamento através de projetos de maior dimensão.

### Principais Pontos de Discussão (Global)

Em todas as regiões, os participantes levantaram um conjunto coerente de questões que refletem os desafios comuns no acesso ao financiamento da UE e na sua gestão. Uma preocupação central era a possibilidade de simplificar os procedimentos de candidatura. Em resposta, esclareceu-se que, embora instrumentos como o PROSPECT e a Academia de Aprendizagem INTPA tenham melhorado a facilidade de utilização, a complexidade global continua a ser necessária para assegurar a responsabilização e a transparência na utilização dos fundos públicos. Os participantes perguntaram igualmente se seria canalizado mais financiamento diretamente para os intervenientes locais, em conformidade com os compromissos em matéria de localização. A resposta salientou que, embora se trate de uma prioridade estratégica para a Comissão Europeia, os progressos são graduais devido a considerações de gestão dos riscos, com mecanismos como o apoio financeiro a terceiros (FSTP) a servirem de soluções provisórias para alargar o acesso.

Outra questão frequentemente levantada dizia respeito à forma como as organizações podem aceder a informações sobre as futuras oportunidades de financiamento com antecedência suficiente para preparar propostas competitivas. Os participantes foram aconselhados a acompanhar regularmente os sítios Web das delegações da UE, o portal Funding & Tenders e plataformas como a Capacity4Dev, bem como a participar em redes e processos de diálogo. Foi repetidamente salientada a importância de uma preparação precoce, incluindo a criação de contas EU Login, a conclusão do registo PADOR e a familiarização das organizações com as ferramentas de candidatura antes da publicação dos convites à apresentação de propostas.

As perguntas centraram-se também no que torna uma proposta bem-sucedida. As respostas sublinharam sistematicamente a necessidade de um forte alinhamento com as prioridades dos convites à apresentação de propostas, de uma identificação clara dos grupos-alvo e de um quadro lógico coerente que ligue os objetivos, as atividades e o orçamento. As parcerias bem estruturadas e significativas foram identificadas como críticas, tendo os avaliadores atribuído maior importância à clareza dos papéis e à complementaridade do que à dimensão dos consórcios. Os participantes perguntaram ainda de que forma as organizações de menor dimensão podem competir de forma realista, tendo as orientações salientado a necessidade de tirar partido dos conhecimentos especializados de nicho, de participar em parcerias e de aceder indiretamente ao financiamento através de mecanismos de retribuição, sempre que disponíveis.

Por último, os participantes salientaram a necessidade de um apoio ao reforço das capacidades mais acessível e de uma comunicação mais clara. Em resposta, os apresentadores chamaram a atenção para os instrumentos e as oportunidades de formação existentes, reconhecendo simultaneamente a necessidade de uma divulgação mais ampla e de um apoio mais localizado.

## Resumos regionais

Ao longo das sessões regionais, embora muitas questões tenham sido partilhadas a nível mundial, cada região suscitou preocupações específicas que refletem o seu contexto, capacidade e nível de envolvimento com os sistemas da UE.

Na **África**, os participantes centraram-se principalmente nas restrições de acesso e nas barreiras estruturais. Uma questão fundamental era a de saber de que forma as organizações da sociedade civil de menor dimensão e de base podem cumprir de forma realista os requisitos de cofinanciamento e as normas administrativas. A resposta salientou que, embora seja pouco provável que o cofinanciamento seja suprimido, as organizações podem atenuar esta situação através de parcerias, combinando fontes de financiamento e, sempre que permitido, contribuições em espécie. Os participantes perguntaram igualmente se existem janelas de financiamento simplificadas ou mecanismos de acesso direto para os intervenientes locais. Os apresentadores esclareceram que, embora não estejam sistematicamente disponíveis convites simplificados específicos, mecanismos como o apoio financeiro a terceiros (FSTP) constituem um importante ponto de entrada indireto para as organizações de menor dimensão ou não registadas. Outra questão recorrente dizia respeito à forma de aceder ao financiamento sem recorrer a intermediários internacionais. Embora o acesso direto seja possível através de sistemas normalizados da UE, exige uma forte capacidade financeira e operacional, o que explica a dependência contínua de organizações de maior dimensão. Por último, os participantes procuraram orientações sobre a participação das delegações da UE, tendo as respostas salientado a importância de participar em consultas, acompanhar as chamadas locais e utilizar plataformas de coordenação. Com 175,5 milhões de euros atribuídos, a África Subsariana representa um domínio prioritário.

Na **América Latina e nas Caraíbas (ALC)**, a tónica passou dos obstáculos ao acesso para o posicionamento estratégico e o alinhamento com as prioridades da UE. Os participantes perguntaram frequentemente como alinhar melhor as propostas com as expectativas da UE e melhorar a competitividade. A resposta salientou a leitura cuidadosa das orientações do convite à apresentação de propostas, o forte alinhamento com as prioridades definidas pelas delegações e a integração de temas transversais como a governação, o clima e a inclusão. Outra questão fundamental dizia respeito ao papel e à influência das delegações da UE na definição das oportunidades de financiamento. Foi clarificado que as delegações desempenham um papel central na definição das prioridades por país e que as partes interessadas podem influenciar a programação através de diálogos e consultas estruturados.

Os participantes mostraram igualmente grande interesse em participar na estratégia Global Gateway, perguntando de que forma as organizações da sociedade civil e os órgãos de poder local podem participar. A resposta salientou que, embora o acesso direto a investimentos em grande escala seja limitado, as organizações podem participar através de parcerias, componentes não vinculativas dos projetos e diálogo precoce com os intervenientes responsáveis pela execução. As perguntas sobre as oportunidades de financiamento para as autoridades locais também foram proeminentes; os apresentadores esclareceram que, embora não exista uma dotação temática específica, as autoridades locais podem aceder a financiamento através de programas geográficos e convites específicos, sempre que elegíveis.

Na **Ásia e no Pacífico**, os debates foram moldados por ambientes regulamentares e complexidade processual. Uma questão central foi a forma como as leis e restrições nacionais afetam a elegibilidade para financiamento da UE. A resposta salientou que é necessário cumprir tanto as regras da UE como os quadros jurídicos nacionais, o que, em alguns casos, exige parcerias com organizações intermediárias elegíveis. Os participantes perguntaram igualmente se os procedimentos da UE poderiam ser adaptados aos contextos locais. Embora os sistemas principais continuem normalizados, os apresentadores explicaram que as delegações da UE podem adaptar as prioridades e fornecer orientações contextuais, embora não possam alterar fundamentalmente os processos de candidatura. Outra grande preocupação foi a forma de gerir a complexidade técnica e administrativa das aplicações. Os participantes foram direcionados para ferramentas como a Academia de Aprendizagem INTPA e a Capacity4Dev, e incentivados a criar capacidades internas ou parcerias com organizações mais experientes. As perguntas centraram-se igualmente na forma como os intervenientes de menor dimensão podem manter-se competitivos; as respostas salientaram a importância dos conhecimentos especializados de nicho, dos conhecimentos locais e da participação em consórcios ou iniciativas apoiadas pelo PTSA.

**Principais mensagens para o acesso ao financiamento:**

- Importância da colaboração com as delegações da UE a nível nacional
- A preparação precoce melhora significativamente as taxas de sucesso
- As redes e associações (por exemplo, plataformas de administração local) desempenham um papel fundamental
- A participação em sessões de informação e formação é fundamental
- Boas práticas para aplicações bem-sucedidas: preparação precoce, forte alinhamento com os objetivos do convite à apresentação de propostas, demonstração clara do impacto e da viabilidade e parcerias bem estruturadas.

## Anexo: Perguntas e respostas

### África Subsariana

#### 1. Como podem as organizações da sociedade civil locais de menor dimensão superar os requisitos de cofinanciamento?

O cofinanciamento continua a ser um requisito normalizado da UE e é pouco provável que seja suprimido. No entanto:

- Os candidatos podem **combinar várias fontes de financiamento** para cumprir os limiares de cofinanciamento
- Em alguns casos, podem ser aceites contribuições em espécie (consoante o convite à apresentação de propostas)
- A parceria no âmbito de **consórcios** pode ajudar a distribuir as obrigações financeiras

#### 2. Existem vertentes de financiamento simplificadas ou específicas para as organizações de base?

Não existem chamadas universalmente simplificadas, mas:

- O **apoio financeiro a terceiros (FSTP)** foi especificamente concebido para canalizar fundos para intervenientes de menor dimensão.
- Alguns convites à apresentação de propostas podem incluir **lotes de subvenção mais pequenos** ou critérios de elegibilidade específicos
- As delegações da UE podem adaptar os convites à apresentação de propostas aos **contextos locais**, incluindo considerações de acessibilidade

#### 3. Como podem as organizações aceder diretamente ao financiamento da UE sem intermediários?

O acesso directo é possível, mas requer:

- Registo no **PADOR** e utilização do sistema **PROSPECT**
- Capacidade financeira e operacional demonstrada
- Acompanhamento ativo dos convites à apresentação de propostas das delegações da UE

Dito isto, os intermediários continuam a ser comuns devido aos requisitos de risco e conformidade.

#### 4. Como podem as organizações colaborar melhor com as delegações da UE?

- Participar em **sessões de informação e consultas** organizadas pelas delegações
- Estabelecer relações através de plataformas e redes de coordenação locais
- Acompanhar regularmente os sítios Web e os canais de comunicação das delegações

O envolvimento é fortemente incentivado e pode melhorar a compreensão das prioridades.

#### 5. Como podem os mecanismos do PTSA ser alargados ou mais bem utilizados?

- O PTSA está integrado na conceção do projeto — a sua expansão depende de **os requerentes principais o incorporarem**
- As organizações devem procurar parcerias com projectos que recorram a mecanismos de reconcessão de subvenções
- Está em curso a defesa de uma utilização mais ampla no âmbito dos debates sobre a programação da UE

### América Latina e Caraíbas (ALC)

#### 1. Como podem as propostas ser mais bem alinhadas com as prioridades da UE?

- Rever cuidadosamente as orientações relativas aos convites à apresentação de propostas e os critérios de avaliação
- Alinhamento com as prioridades a nível nacional definidas pelas delegações da UE
- Integrar temas transversais (por exemplo, governação, clima, inclusão)

O alinhamento é um fator de avaliação fundamental.

#### 2. Que papel desempenham as delegações da UE e como podem os intervenientes colaborar com elas?

- As delegações definem prioridades e gerem os convites à apresentação de propostas a nível nacional
- O envolvimento é possível através de:
  - Participação em diálogos estruturados
  - Participação em processos de consulta
  - Comunicação contínua através de redes e plataformas

#### 3. Como podem as OSC e as AL colaborar com a estratégia Global Gateway?

- Envolver-se através de projetos ligados a infraestruturas e prioridades de investimento

- Parceria com organizações de execução de maior dimensão envolvidas em iniciativas da Estratégia Global Gateway
- Acompanhar as oportunidades através das plataformas da UE e das comunicações das delegações

O acesso direto pode ser limitado, mas a **participação indireta é realista**.

#### 4. Existem fluxos de financiamento específicos para as autoridades locais?

- Não existe uma dotação global específica exclusivamente para as AL
- As AL têm acesso a financiamento através de **programas geográficos** e convites temáticos específicos
- Alguns convites à apresentação de propostas incentivam ou exigem explicitamente a **participação das autoridades locais**

#### 5. Como podem as parcerias ser estruturadas para aumentar a competitividade?

- Assegurar funções e responsabilidades claras
- Demonstrar complementaridade de competências
- Construir parcerias numa fase precoce e alinhar-se com os objetivos do convite à apresentação de propostas
- Evitar a inclusão simbólica dos parceiros

Parcerias fortes são muitas vezes decisivas nas avaliações.

## Ásia e Pacífico

### 1. De que forma a regulamentação nacional afeta a elegibilidade?

- O financiamento da UE deve respeitar tanto as regras da UE como os quadros jurídicos nacionais
- Em ambientes restritivos, as organizações podem ter de:
  - Parceria com intermediários elegíveis
  - Ajustar os modelos operacionais para manter a conformidade

### 2. Os procedimentos da UE podem ser adaptados aos contextos nacionais?

- Os procedimentos principais são normalizados e não podem ser significativamente alterados
- No entanto, as delegações da UE podem:
  - Ajustar as prioridades dos convites à apresentação de propostas e os domínios prioritários

- Fornecer orientações específicas do contexto

### 3. Como podem as organizações gerir requisitos administrativos complexos?

- Utilizar as ferramentas disponíveis:
  - INTPA Learning Academy for Training (Academia de Aprendizagem INTPA para a Formação)
  - Recursos do Capacity4Dev
- Investir em sistemas internos e na capacidade do pessoal
- Associe-se a organizações experientes quando necessário

### 4. Que apoio existe para o reforço das capacidades?

- Plataformas de aprendizagem em linha e materiais de orientação
- Participação em sessões de informação e seminários sobre propostas
- Aprendizagem através de **parcerias de consórcio**

O reforço das capacidades está disponível, mas exige uma participação proativa.

### 5. Como é que os actores mais pequenos podem competir com as organizações de maior dimensão?

- Concentrar-se em conhecimentos especializados de nicho e conhecimento local
- Junte-se a consórcios liderados por parceiros experientes
- Aproveitar as **oportunidades do PTSA**, quando disponíveis

## Questões Inter-regionais (Global)

### 1. Os procedimentos da UE serão simplificados?

- Foram introduzidas algumas melhorias (por exemplo, sistema PROSPECT)
- No entanto, os requisitos de responsabilização limitam uma simplificação importante

### 2. Haverá mais financiamento direto para os intervenientes locais?

- A UE está empenhada, em princípio, na localização
- Na prática, os progressos são graduais devido à **gestão dos riscos e às restrições de conformidade**

### 3. Como podem as organizações aceder a informações antecipadas sobre os convites à apresentação de propostas?

- Monitorizar regularmente:
  - Sítios Web das delegações da UE
  - Funding & Tenders Portal
  - Capacidade4Dev
- Envolver-se em redes e listas de discussão

### 4. Quais são as melhores práticas para a elaboração de propostas sólidas?

- Comece a preparação cedo
- Alinhamento estreito com os objetivos do convite à apresentação de propostas
- Demonstrar impacto, viabilidade e sustentabilidade
- Construir parcerias sólidas e pertinentes

### 5. Como utilizar melhor os instrumentos de reforço das capacidades?

- Aumentar a sensibilização e a sensibilização
- Integrar ferramentas na formação organizacional
- Incentivar a aprendizagem entre pares e a partilha de conhecimentos